



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

SHARLLYNE MABELLY LAURINDO DA SILVA XAVIER

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CADA PASSO UMA
CONQUISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

**GUARABIRA-PB
2016**

SHARLLYNE MABELLY LAURINDO DA SILVA XAVIER

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CADA PASSO UMA
CONQUISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Graduação em
Pedagogia

Área de concentração: Educação
Orientador: Prof. Me. Débora Regina
Fernandes Benicio

**GUARABIRA-PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

X3a Xavier, Sharlyne Mabbelly Laurindo da Silva
Atendimento educacional especializado: [manuscrito] : cada
passo uma conquista para o desenvolvimento da criança. /
Sharlyne Mabbelly Laurindo da Silva Xavier. - 2016.
27 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Profa. Ms. Débora Regina Fernandes Benício,
Departamento de Educação".

1. Atendimento educacional especializado. 2. Educação
especial. 3. Inclusão. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

SHARLLYNE MABELLY LAURINDO DA SILVA XAVIER

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CADA PASSO UMA
CONQUISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Artigo apresentado ao Curso de
Licenciatura plena em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado (a) em Pedagogia

Área de concentração: Educação

Aprovada em: 18/10/2014.

BANCA EXAMINADORA

Débora Regina Fernandes Benício
Professora Me. Débora Regina Fernandes Benício (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB- DE)

Verônica Pessoa da Silva
Professora Dra. Verônica Pessoa da Silva (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB-DE)

Edilma de Lucena Catanduba
Professora Dra. Edilma de Lucena Catanduba (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB - DL)

Dedico este trabalho a todos os alunos especiais que enfrentam barreiras, mas se mantêm fortes, na luta contra o preconceito, tendo coragem de se auto superarem. À minha família (pai, mãe, irmão e meu querido esposo) pela dedicação, companheirismo e amizade, Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me permite portar a verdade divina no mais íntimo de meu ser. Por ter possibilitado pertencer à minha família e receber instruções tão lindas de afeto e valores tão primordiais para a vida, bem como para o ofício desta profissão, a qual requer nossa sensibilidade para que possamos humanizar aqueles que percorrem o caminho escolar sob nossos cuidados.

Aos mestres desta Instituição que tão bem me instruíram, com tão rico conhecimento, e muito me acrescentaram com ímpar dedicação e amizade.

Muito obrigada, pois sem estes não teria sido possível chegar tão longe.

A Educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.

Paulo Freire

RESUMO

O estudo em questão tem como tema Atendimento Educacional Especializado: cada passo é uma conquista para o desenvolvimento da criança. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo discorrer acerca do Atendimento Educacional Especializado e sua operacionalização nas escolas e como as mesmas vêm trabalhando e contribuindo para o desenvolvimento da criança seja ele físico, psicológico, intelectual e social e analisar os documentos que conduzem a educação especial. Inicialmente, serão apresentadas as concepções sobre os aspectos históricos das políticas públicas que regem a Educação Especial dos anos 1980 até os dias atuais, o que permite uma reflexão sobre como Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem se desenvolvendo. Num segundo momento, será apresentado como o Atendimento Educacional Especializado e a Educação Especial vêm contribuindo para o desenvolvimento das crianças com deficiência, com embasamento teórico em Brasil (2008). Num terceiro momento, será apresentada uma análise investigativa descrevendo de que forma o atendimento educacional especializado vem contribuindo no cotidiano das crianças e quais as práticas educativas utilizadas pelos educadores para que o desenvolvimento das mesmas aconteça, recorrendo às contribuições de Alves, (2006), Baptista (2011) e Ropoli (2010). Para realização dessa pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e de campo, através da aplicação de um questionário junto as educadoras das sala do AEE. Os resultados da pesquisa trarão os relatos dos educadores sobre o conhecimento pedagógico das crianças e o desenvolvimento das diversas fases de aprendizagem.

Palavras-Chave: Atendimento educacional especializado. Educação Especial. Inclusão.

* Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
E-mail: sharllynemabbelly@bol.com.br

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE REGEM A EDUCAÇÃO ESPECIAL DOS ANOS DE 1980 ATÉ OS DIAS ATUAIS	12
2.1	Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Educação Especial	14
3	METODOLOGIA	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
5	CONCLUSÃO	19
	REFERÊNCIAS	22
	APÊNDICE	24

1 INTRODUÇÃO

Há quarenta anos atrás a Educação Especial foi organizada de forma a substituir o ensino regular. Assim sendo, a escolarização dos alunos considerados público-alvo dessa modalidade de ensino era feita de forma separada e as instituições disponibilizavam espaços educativos muito pequenos, que algumas vezes eram separados das demais repartições da instituição, e ainda considerados especializados.

Atualmente isso vem mudando consideravelmente. Ter acesso à escola regular é direito de todos, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais, o exemplo disso é a implantação das salas do AEE (Atendimento Educacional Especializado), que são de fundamental importância para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, pois é através dos recursos utilizados pelos profissionais da sala de recursos multifuncionais, que os mesmos organizam atividades de forma complementar e suplementar à escolarização de cada criança no contra turno da sala regular potencializando suas habilidades de forma qualitativa e valorizando suas especificidades.

Nos últimos vinte anos as políticas públicas brasileiras vêm se organizando de forma a melhorar a Educação Especial no nosso país. Nessa perspectiva, a escolarização da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação deve ocorrer tanto no ensino regular como na sala do AEE no contra turno, duas ou mais vezes por semana. Neste espaço, os atendimentos podem ser feitos em pequenos grupos ou individualmente. Este trabalho tem como foco principal analisar os documentos que conduzem a educação especial e pesquisar: De que forma o AEE vem contribuindo para o desenvolvimento das crianças nessa modalidade de ensino.

Vale salientar, que para uma melhor compreensão acerca das políticas que mediam a educação especial temos que refletir sobre os documentos que antecederam e fundamentaram as leis que até então estão em vigor.

Este estudo tem como principal objetivo discorrer acerca do Atendimento Educacional Especializado e sua operacionalização nas escolas, dentre elas posso citar a Escola Estadual do Ensino Fundamental Professor Antônio Benvindo da cidade de Guarabira-PB, e na E. M. de Educação infantil e Ensino Fundamental

Elvira Silveira da Costa da cidade de Belém-Pb. Neste trabalho iremos fazer uma apreciação das políticas que foram pensadas e constituídas acerca da educação especial, assim buscamos enfatizar o direito de todos a frequentar o ensino regular sem discriminação em razão de algumas deficiências.

Este trabalho surgiu de uma inquietação por ser professora sala do AEE, uma modalidade da educação especial, e quando questionada sobre minha profissão as pessoas não sabiam o que era e me perguntavam se era aula de reforço escolar e isso ficou cada vez mais evidente nos questionamentos dos meus colegas na disciplina de educação especial do curso de pedagogia.

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental. Trabalharemos com autores tais como: Ropoli (2010), Guiné (2014) entre outros no que se refere ao desenvolvimento da pessoa com deficiência seja ele no campo intelectual, social, físico ou psicológico. Quanto à pesquisa de campo a mesma será realizada na sala do AEE da E.E.E.F. Prof. Antônio Benvindo e na E. M. de Educação infantil e Ensino Fundamental Elvira Silveira da Costa, enfatizando a importância da mesma para o desenvolvimento da criança. Com as professoras das referidas escolas foram aplicados questionários.

O Atendimento Educacional Especializado é uma modalidade de ensino da educação especial. Este tipo de atendimento é diferenciado do ensino regular e deve ser visto como uma forma de eliminar barreiras dando acesso a permanência aos alunos que são público-alvo da Educação Especial, garantindo a sua aprendizagem no ensino comum, potencializando o seu desenvolvimento.

Este trabalho foi subdividido da seguinte forma: Primeiramente farei um apanhado histórico das políticas públicas que regem a educação especial dos anos 80 até a atualidade, no segundo momento explanarei acerca do que é o Atendimento Educacional Especializado e a educação especial e por fim farei uma análise reflexiva sobre como o AEE vem contribuindo de forma qualitativa na vida das pessoas com deficiência.

Objetivo Geral:

Discorrer acerca do Atendimento Educacional Especializado e sua operacionalização nas escolas.

Objetivos Específicos:

Apresentar o histórico do Atendimento Educacional Especializado dos anos 80 aos dias atuais.

Registrar as políticas públicas voltadas para a educação especial e para o atendimento educacional especializado.

Refletir sobre a importância do atendimento educacional na atualidade.

2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE REGEM A EDUCAÇÃO ESPECIAL DOS ANOS 80 AOS DIAS ATUAIS

Para enfatizar as políticas públicas voltadas para a educação especial iremos apresentar uma análise sobre os principais documentos que regem a educação inclusiva, dentre eles podemos citar a Constituição Federal de 1988; Declaração de Salamanca e a LDB nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

A constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é o documento inicial da educação especial e a lei maior de nosso país, a mesma assegura no Artigo 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p. 2).

Essa lei foi um marco histórico na luta das pessoas com deficiência e suas famílias, que sofriam com a exclusão e o preconceito enfrentado, em uma sociedade planejada para conviver com pessoas sem deficiência orientada por pensamentos e atos racionalistas sobre o que é ser normal.

A Constituição Brasileira (CF) de 1988 assegurou o direito das pessoas com deficiência terem acesso à educação. Direito esse que se somou aos direitos do Atendimento Educacional Especializado que complementa o ensino regular para as pessoas com deficiência no contra turno da sala regular atualmente. Evidentemente que assegurando os direitos à educação especial a constituição não exclui nenhum aluno independente de raça, cor, classe social, gênero ou tipo de deficiência, pois assegura a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I,

CF de 1988). Acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V, CF de 1988).

Em 1994 a Declaração de Salamanca confirmou o direito primordial a educação para as crianças, e que as mesmas devem ter oportunidade de atingir e manter o nível de aprendizado adequado a cada faixa etária, assegurando o acesso e permanência nas instituições educacionais das crianças com deficiência no ensino regular e que o mesmo seja capaz de atender às especificidades de cada uma delas por meio de material adequado e metodologias distintas.

No ano 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é reelaborada e vem garantir o atendimento e o direito à educação para todos, e em 1999, na Convenção da Guatemala foi aprovada no congresso Nacional por meio do Decreto n. 3.956/2001. O referido documento afirma que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que os demais.

Vale salientar que essa Convenção tem valor de norma, após a aprovação de Decreto 3.956/2001, por se fazer referência a direitos e assegurar a importância da vida das pessoas, explanando o quão é importante não fazer diferenciação das pessoas por meio de sua deficiência.

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (CONVENÇÃO DA GUATEMALA, 1999, art. I, n. 2, a)

De acordo com esse documento não pode se fazer diferenciação da pessoa com deficiência quando for para excluir os seus direitos, mas se for para dar garantias ao seu acesso e permanência pode e deve ser feita essa diferenciação.

No ano 2008, a educação especial ganhou ainda mais força como uma modalidade de ensino, surge então o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que só veio para somar na educação das pessoas com deficiência. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços orientam quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008b, p.10).

Esse atendimento veio para quebrar barreiras na vida das pessoas com deficiência, pois através dessas salas que funcionam na escola regular, as crianças podem ser atendidas preferencialmente no contra turno da sala regular. O educador dessa sala do AEE vai estimular as potencialidades de cada criança elaborando material que venha a complementar ou suplementar o material pedagógico da sala regular, viabilizando assim um desenvolvimento qualitativo na vida dessa pessoa.

2.1 Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Educação especial

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade da educação especial, no qual mesmo é realizado em salas de recursos multifuncionais mantidas pelo MEC para as instituições de ensino. Assim sendo as salas do AEE são transversais por ter um público-alvo tão eclético atuando com pessoas desde a pré-escola à universidade.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008b, p.10).

Fica evidente que o Atendimento Educacional Especializado é oferecido às pessoas que são o público-alvo da educação especial de forma complementar / suplementar ao ensino regular levando em conta as especificidades de cada aluno. Esse atendimento é ofertado preferencialmente no contra turno do ensino regular e preferencialmente na mesma instituição de ensino para facilitar o diálogo entre os professores do AEE e sala comum de ensino. Quando a instituição não disponibiliza esse atendimento o estudante que dela necessita poderá frequentar a sala do AEE mais próxima, salientando que esse ensino não substitui o ensino regular.

O AEE, de acordo com o Decreto nº 7.611/2011 artigo 30, tem como objetivos;

I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV– assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, p.2).

De acordo com o referido Decreto o atendimento educacional especializado é preparado para atuar na oferta de recursos de acessibilidade que visam quebrar barreiras garantindo assim a participação e a aprendizagem dos alunos público-alvo dessa modalidade de ensino no ensino regular. Os profissionais que trabalham na sala do AEE têm como a missão eliminar barreiras na aprendizagem e assegurar as condições necessárias para as crianças darem prosseguimento à vida escolar.

O público-alvo deste tipo de atendimento foi definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e o Decreto nº 7.611/2011, já que inicialmente qualquer pessoa com dificuldade poderia frequentar o AEE. Por essa razão, até os dias atuais o mesmo ainda é confundido como aula de reforço. Mas a resolução CNE/CEB nº 4/2009, que constituiu as diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade da Educação Especial deixa explícito no seu artigo 4º que realmente fazem parte do público alvo;

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009a, p.1).

Portanto, o documento acima deixa evidente que as pessoas com transtornos funcionais específicos, tais como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Dislexia, Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor, Dificuldades de Aprendizagem entre outros, não fazem parte do público-alvo da Educação Especial na modalidade do AEE.

O Atendimento Educacional Especializado é assegurado por lei, porém o mesmo não é obrigatório para o aluno com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação sendo assim suas famílias optam ou não pelo atendimento, salientando que esse tipo de atendimento é uma conquista significativa na vida das pessoas com deficiência que a algum tempo eram vistas como a margem da sociedade.

3 METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa. Para a coleta de dados, lançamos mãos da pesquisa documental e da pesquisa de campo. Para esta última realizamos entrevistas, por meio de questionário, com quatro educadoras do AEE.

Estiveram envolvidas duas instituições distintas de ensino, sendo da cidade de Belém e Guarabira, no estado da Paraíba, ambas do fundamental I, das redes municipal e estadual. A escolha das instituições se deu por ambas terem recebido os mesmos materiais enviados pelo MEC e serem do tipo 1. A escolha destas escolas para a implantação de salas do atendimento educacional especializado (AEE) se deu porque ambas já recebiam crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na sala regular e foram informadas pelo censo escolar.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (ALVES, 2006, p. 13).

Preservaremos a identidade das funcionárias, não revelando os nomes das mesmas. As instituições observadas foram o Antônio Benvindo da cidade Guarabira e Elvira Silveira da Costa da cidade de Belém.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste subitem, trataremos da descrição dos dados e discussão dos resultados, coletados a partir da pesquisa de campo.

As educadoras foram questionadas sobre às formas de contrato das mesmas, duas são efetivas e duas são contratadas. Quanto à formação acadêmica delas, todas têm curso superior completo, duas são especialistas e todas têm curso de aperfeiçoamento na FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência) dentre eles Libras básico, braille básico e duas estão cursando o buscando competência para incluir ministrado também na FUNAD.

De acordo com Baptista (2011, p.71), cabe considerar que:

Um dos avanços relativos à formação desses educadores é o reconhecimento de que, apesar da necessidade de conhecimentos acerca de instrumentos, códigos e linguagens, o conhecimento geral acerca da educação e da Educação Especial deveria ser aquele primordial na formação do educador das pessoas com deficiência.

Apontadas as considerações a respeito da formação dos professores do AEE, passamos a questionar sobre a experiência na docência que varia de três a quarenta anos e como educadora da sala do AEE de três a sete anos. Ainda nesta temática, perguntamos se as educadoras faziam o planejamento e todas responderam que sim, fazem o planejamento quinzenal, mas apenas uma das instituições também faz o bimestral. Acerca do planejamento Ropoli afirma:

Os planos de AEE resultam das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum, garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida social em geral, segundo suas capacidades. (ROPOLI et al., 2010, p.23).

Questionamos a respeito das instituições, se as educadoras sabiam quantos anos de sua fundação, todas responderam que as referidas instituições possuíam de trinta a trinta e nove anos. Ainda nessa linha de perguntas, questionamos quantos anos as instituições possuíam a sala do AEE. As educadoras falaram que as salas têm entre sete a onze anos de implantação.

Perguntamos a respeito do número de alunos que são atendidos na sala do AEE em uma sala são atendidos dezesseis e na outra vinte alunos, divididos em

dois turnos todos no período diurno e as mesmas têm esse acompanhamento entre dois a sete anos nas instituições pesquisadas.

Com relação à faixa etária dos docentes as educadoras relataram que é bem variada, fica em torno de sete a vinte anos distribuídos entre primeiro ao sétimo ano do ensino fundamental I no ensino regular.

Quanto ao desenvolvimento dos educandos as educadoras afirmaram que todos vêm se desenvolvendo de forma significativa desde que passaram a frequentar a sala do AEE. Sabendo que a família é a base de tudo os pais são fundamentais no processo de desenvolvimento das crianças com deficiência, e quando questionadas sobre isso as educadoras afirmaram que os mesmos em sua maioria acompanham os filhos assiduamente no desenvolvimento social, educacional, físico, afetivo e emocional.

A maioria dos pais entende e valoriza o trabalho que vem sendo desenvolvido na sala do AEE, pois os mesmos compreendem as limitações que os filhos têm e o quanto é importante os estímulos que eles recebem dos profissionais da referida sala. Duas das quatro entrevistadas relataram que essa valorização não se aplica quanto aos colegas de profissão, pois os mesmos em grande parte só criticam por não entender a importância do trabalho dos profissionais da sala. As outras duas relataram que são reconhecidas pelos demais colegas que compreendem o quão importante são esses estímulos para o desenvolvimento seus alunos.

As educadoras também foram indagadas sobre suas principais angústias e foram diversas as respostas, dentre elas: o preconceito que já vem diminuindo; a falta de interesse de alguns pais; a necessidade de acompanhamento de outros profissionais, especialmente da área de saúde, que nem sempre estão disponíveis para os seus alunos do AEE.

Com relação às motivações que as mesmas têm para continuarem desenvolvendo o trabalho na respectiva sala elas relataram que é ver o sucesso e o desenvolvimento dos alunos e a aceitação dos mesmos na comunidade escolar.

Quando questionadas a respeito da importância da sala do AEE elas afirmam que depois da implantação da mesma as crianças com deficiência passaram a ser vistas com outra ótica perante a sociedade passando assim a terem seus direitos garantidos, visto que para todos os cidadãos é primordial a garantia destes direitos.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, objetivou-se discorrer acerca do Atendimento Educacional Especializado e sua operacionalização nas escolas, vale salientar que o mesmo ainda é visto como grande desafio para as instituições e até para a própria política educacional, pois além de facilitar o acesso ao ensino regular, potencializa ações de permanência, geradoras de aprendizagem, oportunidades e inclusão.

As explanações realizadas nesse texto surgiram a partir de articulações que só formam possíveis no decorrer das leituras dos documentos legais que abordam de maneira específica da operacionalização do Atendimento Educacional Especializado em nosso país. O mesmo teve intenção de refletir de forma qualitativa como o governo vem pensando ações e estratégias que possibilitem condições para a oferta do AEE articulando assim ações com diferentes setores da própria instituição escolar possibilitando um aprendizado significativo para as crianças público-alvo desse ensino.

O Atendimento Educacional Especializado é uma modalidade de ensino da Educação Especial no qual o Governo vem gestando possibilidade de garantia do atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação incluídos no ensino comum. Por isso, é fundamental que as ações do AEE estejam articuladas com todos da escola, envolvendo seus diferentes atores.

Tendo em vista esses aspectos, tornou-se fundamental refletir acerca de como o AEE vem sendo desenvolvido nas instituições de ensino. Evidente que cada escola tem uma história seu contexto, prática de ensino e relações com o meio social em que está inserida. Por isso, é importante pensar sobre a sala do AEE com um lugar que tem suas próprias leis e cultura estabelecidas. No corpo estrutural das escolas, há sempre um ideal pautado pelo desejo de contribuir de forma qualitativa com o exercício da cidadania, o desenvolvimento de princípios éticos e morais, a prática do diálogo e o respeito às diferenças valorizando sempre as particularidades de cada pessoa.

A sala de recursos onde acontece o atendimento educacional especializado (AEE) poderá ser apenas um espaço físico nas escolas, caso não haja em seu interior profissionais habilitados e comprometidos com as causas da aprendizagem

dos alunos com deficiência. Certamente, não é esse o destino almejado para a Educação Especial nas instituições pesquisadas.

Dessa forma, entendemos que a educação brasileira nessas últimas décadas tem recebido mais recursos financeiros e a legislação educacional tendo grandes conquistas, como um melhor atendimento a pessoas com deficiência. Vale destacar que os professores estão sendo mais capacitados e preparados para atenderem esses educandos.

Enfim, acreditamos que através desse trabalho podemos contribuir para reflexões e ações que possam ajudar a ter mais um olhar sobre o Atendimento Educacional Especializado e a Educação Inclusiva.

Concluimos que com o AEE as pessoas com deficiência poderão ter seus direitos garantidos, pois acreditamos que por meio de propostas como estas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação possam ser respeitadas e aceitas com dignidade e estímulo para aquisição do conhecimento e para o mundo do trabalho.

ABSTRACT

The study in question has the theme Educational Service Specialist: each step is an achievement for the development of the child. In this perspective, this paper aims to discuss about the Customer Specialized Educational and their operationalization in schools and how they are working and contributing to the development of the child be it physical, psychological, intellectual and social and analyze documents that lead to education special. Initially, the conceptions about the historical aspects of public policy governing the Special Education 1980 to the present day will be presented, which allows a reflection on Educational Specialized Care (ESA) is developing. Secondly, it will be presented as the Customer Specialized Education and Special Education are contributing to the development of children with disabilities, with theoretical background in Brazil (2008). Thirdly, an investigative analysis describing how the specialized educational services has contributed to children everyday and what educational practices used by educators for their development will be presented to happen, resorting to Alves contributions, (2006), Baptist (2011) and Ropoli (2010). For this survey were used as instruments bibliographic and field research, by applying a questionnaire with the educators of the AEE room. The search results will bring the stories of educators on pedagogical knowledge of children and the development of the various stages of learning

Keywords: specialized educational service. Special education. Inclusion

* Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
E-mail: sharllynemabbelly@bol.com.br

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação Pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.59–76, Maio–Ago. 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/06.pdf> > Acesso em 21 de set.2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em < https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf> Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Brasília: MEC, 2011. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm..> Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>..> Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **Resolução CNE/CEB n.4/2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em < http://www.abiee.org.br/doc/Resolu%E7%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3O%20ESPECIAL%20rceb004_09.pdf...> Acesso em 22 ago. 2016.

ROPOLI, E. A. et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010. Disponível em < http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/25849?locale=pt_BR> Acesso em 23 de set.2016.

CONVENÇÃO da GUATEMALA Para a **Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. 1999. Polyphonia, v. 22/1, jan./jun. 2011 Disponível em:

http://www.ampid.org.br/Docs_PD/Convencoes_ONU_PD.php#guatemala Acesso em: 25 de maio. 2016.

TUCHIELLO, P.; SILVA, S. S.; GUARESCHI, T. **Atendimento Educacional Especializado**: Contribuições para a prática pedagógica/ organizadora Ana Cláudia Pavão Siluk.- 1. ed., 1. reimpr. Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA-UEPB
CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA

ENTREVISTA:

➤ ENTREVISTA DO DIAGNÓSTICO ESCOLAR

1. Identificação da escola/instituição.

2. A instituição possui quantos anos de fundação?

3. Quantos alunos foram matriculados no referido ano na sala do AEE?

4. A mesma funciona em todos os horários? E qual o segmento?

5. A equipe pedagógica faz reuniões regularmente com professores da instituição?

➤ ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALZADO

a) Qual o tempo de serviço do (a) professor (a) que atua na sala do AEE?

b) Qual o nível de formação acadêmica do (a) mesmo (a)?

c) O (A) educador (a) é contratado (a) ou efetivo (a)?

d) A sala do AEE funciona há quantos anos na instituição?

e) Faça um pequeno relato de como foi a implantação da sala do AEE na instituição?

f) A sala é de que tipo um ou dois? Descreva.

g) Qual a faixa etária dos alunos atendidos na sala e o ano que eles estão estudando?

h) Quais os(as) alunos(as) que teve o desenvolvimento mais significativo após começar a frequentar a sala do AEE?

i) Os pais dos (as) referidos (as) alunos (as) acompanham e estimulam o desenvolvimento do (a) mesmo (a)?

j) Há quantos anos eles (as) vem frequentando a sala do AEE?

k) Os pais reconhecem e valorizam o trabalho desenvolvido pelas professoras do AEE?

l) Os demais profissionais da instituição entendem a importância do trabalho e recursos utilizados pelo o AEE?

m) Enquanto professora do AEE qual a sua angústia para continuar desenvolvendo o trabalho de forma qualitativa?

n) E qual a sua motivação para continuar desenvolvendo o trabalho de forma qualitativa?

o) Para você enquanto educador (a) da sala do AEE qual a importância da mesma para o desenvolvimento das crianças?_

Obrigada
pela
atenção!